

**MARCOS ANTONIO
DANTAS DE
OLIVEIRA***

ideais e experiências de dirigentes sobre a prática cooperativista nas cooperativas agrícolas da região fumageira de Arapiraca (AL)

*Engenheiro
Agrônomo,
extensionista,
mestre em
Desenvolvimento
Sustentável e
Membro da
Academia Brasileira
de Extensão Rural/
ABER

RESUMO

Este estudo baseou-se em entrevistas com dirigentes das cooperativas agrícolas da região fumageira de Alagoas, Brasil: Capial, Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste. Como a Capial incrementou ganhos monetários, quadro de cooperados, compras e vendas em larga escala? Por que a Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste não conseguem aplicar o ideário cooperativista? A prática cooperativista, como eixo de análise, que ora promove o crescimento do cooperativismo, ora sua estagnação, identificou estratégias que deram certo com a Capial, de 1978 a 1982. Segundo cooperados, colocar a cooperativa em primeiro plano resultou em melhoria econômica.

PALAVRAS-CHAVE

Alagoas. Fumageira. Cooperativas. Estatuto. Prática. Sustentabilidade. Direitos.

ABSTRACT

This study was based on interviews with controllers of the agricultural cooperatives of the tobacco producers in Alagoas, Brazil: Capial, Cooperfumo, Cooperal and Coopagreste. How did Capial increase monetary profits, cooperated members, and purchases and sales on a large scale? Why cannot Cooperfumo, Cooperal and Coopagreste apply cooperativist idealism? Cooperativist practices, as an axle of analysis, which sometimes promotes the growth of cooperativism, sometimes its stagnation, have identified strategies that worked well with Capial, from 1978 to 1982. According to responses, when the cooperative came first, there was economic improvement.

KEY WORDS

Alagoas tobacco producers. Cooperatives. Statute. Practices. Sustainability. Rights

INTRODUÇÃO

É importante a organização cooperativa, pois “a generalização dessas associações permite realizar uma ordem econômica e social capaz de fundar-se não sobre a luta, mas sobre o entendimento, não sobre o espírito da competição, mas sobre a solidariedade, não sobre a dominação da empresa lucrativa, mas sobre a colaboração com o trabalhador”, resume muito bem, Mladenatz (2003, p.14).

A ideia de autoajuda contida na proposta cooperativista está em constante movimento e, por isso, realiza-se nas mais diversas e numerosas categorias: sociedades, sofrimentos, soluções e desejos. Desde então, tanto outros sonhadores-precusores-estudiosos – Owen, King, Bellers, Fourier, Blanc, Gide, padre Arizmendiarieta, Boettcher, Benecke, Filene, Pinho, Singer, Mladenatz, Renê Bertholet, Lourenço de Almeida e outros que continuam a iluminar o mundo com seus ideais e realizações, para transformar o ambiente social.

Essa ideia tem ressonância na região fumageira de Arapiraca (Alagoas, Brasil) e começa com o entusiasmo de Lourenço de Almeida, professor e contabilista. Em 1963, funda-se a primeira cooperativa agrícola na região, conhecida por Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca Limitada (Capial). Obteve sucesso entre os anos de 1978-1983, hoje vive sua fase de estagnação, mas continua a ser uma referência. Em 1987, mais uma cooperativa abre suas portas para atender os fumicultores, estamos falando da Cooperativa Mista dos Produtores de Fumo de Alagoas Ltda (Cooperfumo), de duração efêmera, está no ostracismo. Alguns sindicalizados juntamente com o pessoal das associações comunitárias criam, em 1992, a Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca Ltda (Cooperal). Esta, enquanto organização institucional, está estabelecida, contudo tem uma prática cooperativista muito tímida. E, por último, a Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste Ltda (Coopagreste), que, em 1998, abre suas portas, para produzir e comercializar ovos de galinhas caipiras, com o intuito de ser uma alternativa à cultura do fumo. Também vive momento ruim, não realiza suas normas estatutárias.

O movimento cooperativista é uma ferramenta importante, nos dias atuais, para o enfrentamento dessa onda globalizante, que tem sido perversa o suficiente para aniquilar os estilos de vida mais prosaicos dos

povos autóctones e tradicionais, como aqueles que sobrevivem das migalhas dos processos científico-tecnológicos e da tirania do mercado. Assim, é importante compreender o mundo em que vivemos e também como nos posicionamos nele. Dentro dessa ótica, indaga-se: como as sociedades e agrupamentos humanos os mais diversos possíveis podem atingir posições confortáveis, garantidoras de relevância social, distribuição econômica e prudência ecológica em um mundo tão hierarquizado e autoritário? Muitos estudiosos, entre eles Ignacy Sachs, comentam sobre um sistema de produção e consumo respeitador do meio ambiente. A continuação desse processo atende pelo nome de desenvolvimento sustentável, e este elege critérios que possam mitigar os danos ambientais, e-los: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional (SACHS, 2000: 85-88)¹, e atenda às necessidades, desejos da geração atual e futuras.

Este estudo é um esforço teórico-metodológico para revelar e entender o cooperativismo agrícola na região fumageira de Arapiraca. Fundamenta-se em algumas experiências de dirigentes das cooperativas agrí-

¹ *Sustentabilidade social* – Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; e, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Sustentabilidade econômica – Desenvolvimento econômico interssetorial equilibrado; Segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; e inserção soberana na economia internacional.

Sustentabilidade ecológica – Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; e limitar o uso dos recursos não-renováveis;

Sustentabilidade ambiental – Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

Sustentabilidade cultural – Mudanças no interior da comunidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); e autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

Sustentabilidade territorial – configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades interregionais; e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para às áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

Sustentabilidade política nacional – Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável da coesão social. (continua)

colas: Capiál, Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste. Nesse sentido, nosso objeto de estudo é o cooperativismo agrícola na região fumageira e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

O objetivo desta pesquisa é analisar em que medida as cooperativas agrícolas atuantes na região fumageira, e solidamente constituídas juridicamente, foram capazes de motivar seus membros a discutirem e criarem mecanismos de garantia não só da gestão empresarial, assegurando trabalho e renda, mas, sobretudo, da melhoria das condições de vida da população por elas atingidas, em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais, assegurando a diversidade de modos de vida em sintonia com o desenvolvimento sustentável.

As hipóteses foram expostas do modo a responder:

1) O cooperativismo agrícola é um dos caminhos possíveis na construção de uma sociedade mais equitativa, mais solidária, mais respeitadora da natureza, ajudando, assim, na transformação de áreas rurais com problemas fortes na distribuição dos ativos fundiários, da renda, do acesso aos bens públicos;

2) O cooperativismo agrícola na região fumageira, ao longo de quatro décadas, tem se constituído em um fenômeno social, econômico e regional que, pela amplitude e por sua manutenção no tempo, pode ser considerado um movimento de caráter massivo que gerou marcas importantes na sociedade e na economia dos 8 municípios que fazem a região fumageira.

Partimos do pressuposto de que, na busca pela minimização das dificuldades do seu dia-a-dia, o agricultor tem buscado no cooperativismo

(conclusão) *Sustentabilidade política internacional* – Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote norte-sul de codesenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; e sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

uma importante estratégia como forma de garantia da execução do seu sistema de produção, acesso aos insumos, comercialização de produtos, melhorias sociais, proteção do meio ambiente, garantir a reprodução do seu modo de vida. Neste estudo, sob a ótica dos princípios do desenvolvimento sustentável, a articulação que as cooperativas agrícolas em atuação na região fumageira alagoana fizeram – e continuam fazendo – com outros agentes econômicos e sociais, no sentido de buscar compor cenários, nos quais os agricultores atinjam seus objetivos enquanto cooperados, tem contribuído para o crescimento desse processo.

O relato das experiências dos dirigentes das cooperativas agrícolas – Capial, Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste – região fumageira de Arapiraca, composta pelos 8 (oito) principais municípios, objeto deste estudo (Arapiraca, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia e Taquarana) foi instigado por indagações sobre suas práticas cooperativistas; e a riqueza de detalhes das respostas confirmam porque o cooperativismo continua a embalar sonhos de homens e mulheres. Os relatos falam da autonomia, da solidariedade, das tensões, das emoções, do uso das técnicas, do intercâmbio de mercadorias e valores monetários, dos relacionamentos formais e informais, para desenvolver a prática cooperativista, dos avanços e recuos de suas cooperativas enquanto projeto social; caracterizam a importância da educação cooperativista, para reformar o ambiente econômico, social, ambiental e cultural. constituindo também as premissas do desenvolvimento sustentável; e chamam para si a realização de uma globalização assentada nos princípios ecológicos: interdependência, parceria, reciclagem, diversidade e flexibilidade.

Sucessivos contatos foram feitos com esses dirigentes, os quais aconteceram em seus locais de trabalho e em suas residências, tanto na sede do município como na zona rural. Foram encontros prazerosos, pois a conversação criou um ambiente favorável à abordagem de um tema delicado, como esmiuçar a prática cooperativista em suas respectivas organizações. Os questionários foram aplicados por meio de visitas individuais. Os dirigentes faziam abordagens de muita riqueza, fruto de sua vivência em suas cooperativas. Então, este estudo de caso oferece material significativo para abordar e compreender a dimensão da prática cooperativista na região fumageira de Arapiraca.

Diante das 286 respostas dadas pelos entrevistados, sobre Crescimento e Estagnação do cooperativismo agrícola, na região fumageira de Arapiraca, percebe-se que apresentam questões que são identificadas por seus conteúdos e motivações, por diversos critérios. Assim sendo, buscou-se averiguar quais os critérios de sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional, propostos por Sachs (2000, p. 85-88):

E as respostas dos dirigentes se situaram nos seguintes critérios de sustentabilidade, ei-los: econômico (competência para uso, conservação, preservação dos fatores de produção), social (acesso às disposições sociais e renda), política nacional (qualifica o grau de coesão social da sociedade) e ambiental (capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais).

A PRÁTICA COOPERATIVISTA

É necessário dizer que o relato das experiências vivenciadas pelos dirigentes cooperativistas fala de questões pertinentes às dificuldades e aos avanços da prática cooperativista. Portanto, a prática cooperativista nessas organizações está cheia de indagações e significados, principalmente no que diz respeito à intromissão de interesses particulares dos próprios cooperados, bem como dos agentes financeiros, prefeitura, secretarias de agricultura estadual e municipal, baixa eficiência na realização das atividades pertinentes à vida cooperativista, baixa participação dos dirigentes e cooperados e inexistência da cultura cooperativista.

Neste estudo do caso das cooperativas agrícolas da região fumageira de Arapiraca, utilizamos procedimentos de coleta de dados classificados na literatura como qualitativos e quantitativos. Realizamos pesquisa de campo, em uma amostragem com dirigentes cooperados, levantaremos histórias de vidas, como também de pesquisa documental (recortes de jornais, estatutos e atas...) e bibliográfica. Utilizando uma amostra qualitativa (onze entrevistas individuais), 26 indagações sobre a prática cooperativista foram feitas a esses dirigentes (selecionados previamente). Os dirigentes da Capial, Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste deram respostas com muita pertinência aos aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais contidos nas perguntas.

As respostas foram agrupadas em 4 conjuntos: 1) econômico; 2) social; 3) política nacional; e, 4) ambiental. A partir desse ponto, uma nova configuração foi estabelecida, desmembrando cada um desses conjuntos que assim estão dispostos: primeiro conjunto, o critério econômico, respaldado pelo agrupamento de respostas que dizem respeito a comercializar (compras e vendas de produtos e insumos), gerenciar ativos e passivos, obter financiamentos e distribuir sobras líquidas, por aqui, na região, comumente chamado retorno (GRAF. 1). O segundo, o critério social, agregando respostas assemelhadas, no que diz respeito à atuação da cooperativa, sistema associativista, educação cooperativista e melhoria de vida (GRAF. 2). O terceiro, o critério política nacional, centrado no agrupamento das questões: relacionamento, parceria e incentivo institucional (GRAF. 3). O quarto, o critério ambiental, subdividido em agricultura sustentável, meio ambiente e orientação técnica, recebeu as questões pertinentes a cada tema (GRAF. 4). O último conjunto mostra os critérios de sustentabilidade: econômico, social, política nacional e ambiental (GRAF. 5).

No GRAF. 1 do conjunto motivação econômica (131 respostas), o item comercializar (compras e vendas de produtos e insumos), com 65 respostas (49,61%), é retratado como aquele que o cooperado mais se identifica, pois ele oferece condições para solucionar suas aquisições e vendas, bem como também aumentar seu poder de negociação com os interessados em estabelecer uma relação comercial. Isso reforça a tese de que comercializar produtos e adquirir insumos é dado como os fatos mais importantes para os cooperados.

O item gerenciar ativos e passivos, com 33 respostas (25,19%), reforça o comportamento do cooperado, ao afirmar que gerenciamento da cooperativa é um instrumento de garantia para realização de seus interesses, pois ela recebe do cooperado seus produtos, adquire seus insumos, regula mercado e aumenta significativamente seu poder de negociação.

O item obter financiamentos, com 20 respostas (15,26%), vem reforçar a visão do cooperado de que a cooperativa é forte o suficiente para pressionar os agentes financeiros, quando da contratação de financiamentos para custeio, investimento e comercialização da produção.

O item estatutário, distribuir sobras líquidas (retorno), com 13 respostas (9,92%), é destacado pelos cooperados como um fator importante para a consolidação da cooperativa e de sua atividade individual. De

modo que “a cooperativa, recebendo o produto dos associados, faz um adiantamento do preço que o produto está no comércio. A confirmação da importância da cooperativa.

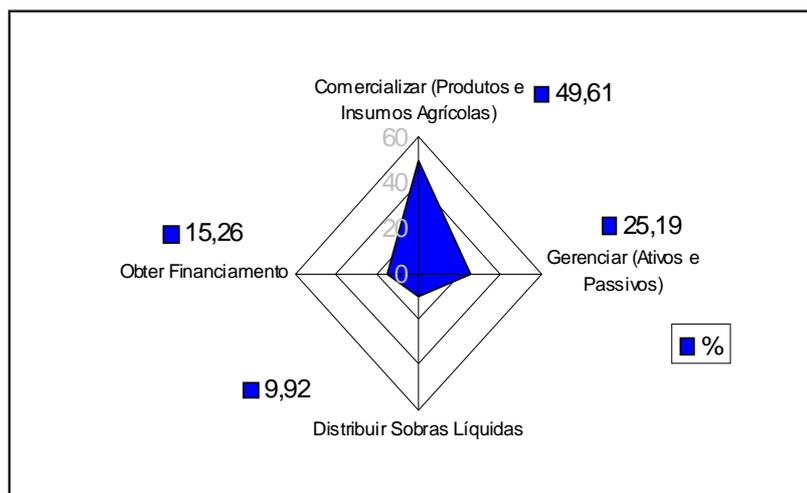


GRÁFICO 1 – Critério econômico de sustentabilidade.

O GRAF. 2, motivação social, mostra o número de respostas (82) distribuídas para os itens atuação da cooperativa, com 45 (54,87%). Avaliza que a empresa cooperativa é o marco existencial e referencial para as ações e atividades dos cooperados. A cooperativa, mesmo sendo uma referência para os cooperados; a eles faltam-lhes, assumir que são os donos da cooperativa.

O sistema associativista, com 15 (18,29%), sinaliza que os cooperados dão valor significativo ao processo de autoajuda. É dessa forma que os membros desse sistema esperam solucionar os problemas socioeconômicos diagnosticados.

A educação cooperativista, com 13 das respostas (15,85%), confirma que os cooperados, para assegurar suas conquistas, precisam entender o objetivo e o funcionamento da cooperativa e sua própria participação dentro e fora do sistema cooperativo.

Por fim, o item melhoria de vida, com 9 respostas (10,97%), resgata o processo de ajuda mútua, como imperativo essencial, para essa realização. Contudo, obteve o menor número de respostas em relação à atuação da cooperativa.

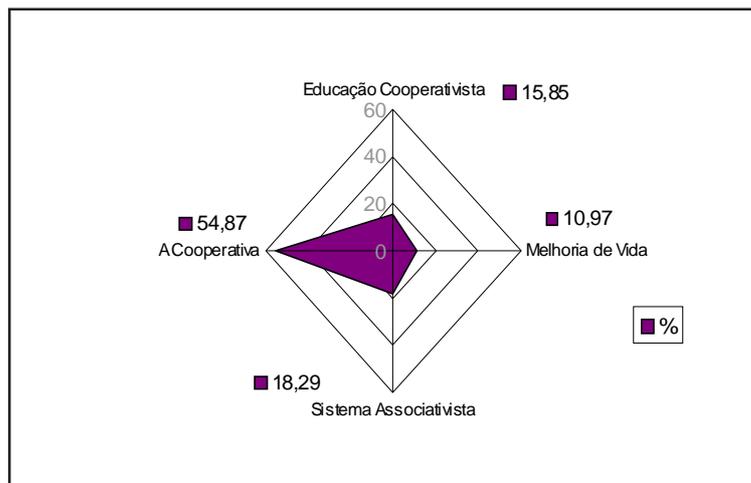


GRÁFICO 2 – Critério social de sustentabilidade

O GRAF. 3, com 59 respostas, mostra os itens desdobrados da motivação política nacional, são eles: relacionamento institucional, com 40 respostas (67,79%), evidenciando que os cooperados realizam relações com as instituições; e que essas são consideradas boas e frequentes, mais do tipo boa vizinhança. Assim sendo, esse relacionamento não tem estimulado formação de parcerias, como também é baixo o incentivo institucional para reformar as mentalidades e/ou adotar novas posturas.

Quanto à parceria institucional, com 11 respostas (18,64%), os cooperados confirmam que bom relacionamento não tem estimulado a formação de parcerias, principalmente as formais. Apesar do baixo número de parcerias e em poucas direções, elas acontecem.

E o item incentivo institucional, com 8 respostas (13,55%), mostra que os cooperados deram pouca atenção a ele. Este é um dos elementos responsáveis pela melhoria de relacionamento e formação de parcerias; fica configurado que o arranjo e o ambiente institucional foram e continuam frágeis para promover a prática cooperativista.

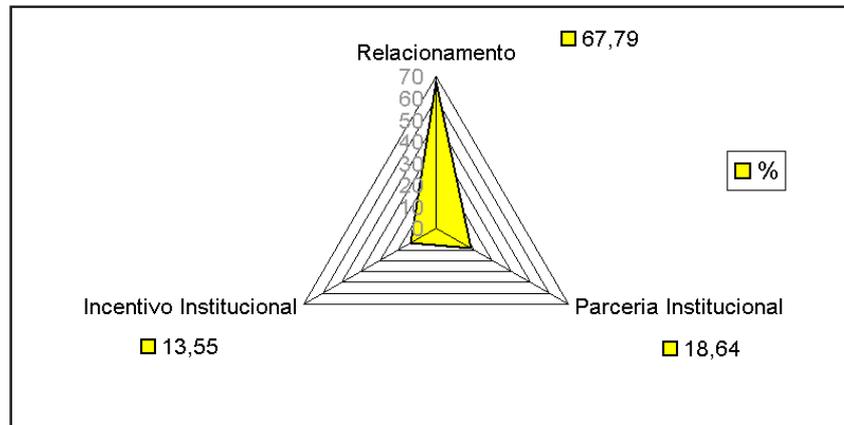


GRÁFICO 3 – Critério política nacional de sustentabilidade

O GRAF. 4 trata do critério ambiental (14 respostas), revela que os cooperados têm poucas informações sobre o meio ambiente. Nesse sentido, elas não são suficientes para tomarem posições quanto ao uso, conservação e preservação dos recursos naturais em suas atividades individuais, como nas coletivas, via cooperativa. Essas informações atendem a fatores mais ligados ao sistema de cultivo, via implementação tecnológica. Daí verifica-se que 7 respostas (50%) foram direcionadas ao item orientação técnica.

O item meio ambiente recebeu 4 respostas (28,57%), mesmo assim, foram respostas muito amplas, sem uma abordagem consciente do que é meio ambiente. E, por fim, no item agricultura sustentável, com 3 respostas (21,42%), ressalta-se que um único dirigente-entrevistado faz menções ao item, revelando assim o grau de compreensão e consciência sobre tal indagação dos demais dirigentes-cooperados.

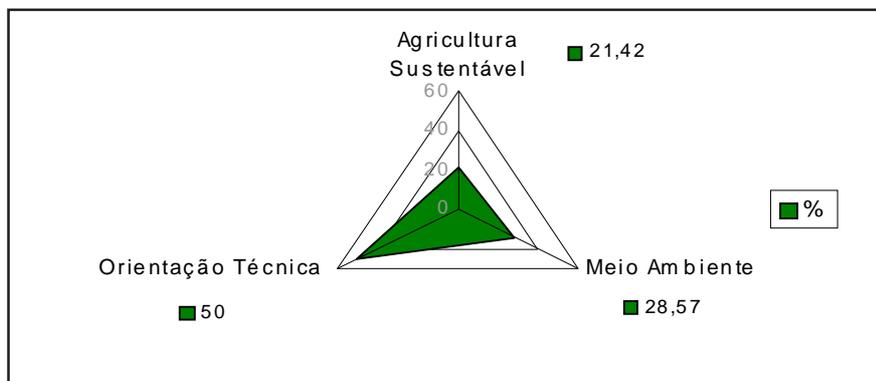


GRÁFICO 4 – Critério ambiental de sustentabilidade

No GRAF. 5, exposto a seguir, pode-se observar o conjunto das 286 respostas alinhadas aos critérios de sustentabilidade: econômico, social, política nacional e ambiental, e, dentro destes, o critério mais destacado foi o econômico, 131 dessas respostas (45,80%), seguido da motivação social, 82 respostas (28,67%), político, 59 respostas (20,62%) e, na outra ponta, o menos destacado foi o critério ambiental com 14 respostas (4,89%). Então o número altamente significativo de respostas para a motivação econômica revela que o dirigente cooperado acredita que a empresa cooperativa é a solução para resolver suas necessidades e demandas, quando do cultivo de suas lavouras. Nesse sentido, ele acredita que esse é o objetivo de sua cooperativa

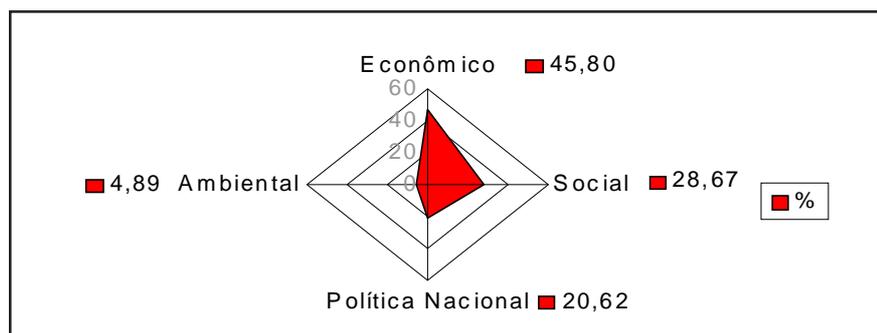


GRÁFICO 5 – Critérios de sustentabilidade

CONCLUSÕES

Os dirigentes das cooperativas Capial, Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste, independente da época em que vivenciaram ou vivenciam a prática cooperativista, deram respostas assemelhadas tanto para suas necessidades quanto para suas demandas; todavia, os dirigentes da Capial aprofundaram suas respostas, por esta ter praticado adesão livre e voluntária, princípio da porta aberta, compras e vendas em larga escala, distribuição de sobras líquidas, intercooperação, relacionamento e parcerias institucionais; experimentaram o estatuto social; enquanto os dirigentes das cooperativas Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste deram respostas mais no campo do ideário cooperativista.

Assim, o conjunto das respostas disponibiliza elementos para melhor compreensão, que desdobramentos aconteceram e acontecem, ao se realizar a prática cooperativista, proporcionando ora crescimento, como foi o caso da Capial, 1978 a 1982; ora estagnação, pós-1987, para todas as cooperativas: Capial, Cooperfumo, Cooperal e Coopagreste, quando não exercitam e vivenciam, continuamente, a prática cooperativista lastreada por seus estatutos.

Essas respostas relevam a rotina cooperativista, mostrando a visão do cooperado sobre sua participação na cooperativa como também da cooperativa sobre a atuação do cooperado. Tais respostas estão refletidas com sutileza nos gráficos: 1, 2, 3 e 4. Pois, ao particularizar cada critério estabelecido, estes são enriquecidos perante as respostas dos dirigentes, elegendo questões mais proeminentes, como a capacidade da cooperativa comercializar (compras e vendas de produtos e insumos), obter financiamentos, gerenciar (ativos e passivos), distribuir sobras líquidas, atuação da cooperativa, sistema associativo, educação cooperativista, melhoria de vida, relacionamento, parceria e incentivo institucional, orientação técnica, meio ambiente e agricultura sustentável, ditando, assim uma ordem de interesses.

A distribuição das 286 respostas, GRAF. 5, mostra que os dirigentes acreditam que o critério econômico (45,80% das respostas), é capaz de solucionar seus problemas e desejos. E reafirmam o critério econômico, quando deram 54,87% das respostas, GRAF. 2 – critério social, para a atuação da cooperativa (organização como instrumento econômico).

Aniquilaram o critério ambiental (4,89% das respostas) em seus sistemas de produção. Ademais, minimizaram o critério social (28,67% das respostas), subestimando o solidarismo, tanto em suas relações internas como externas e o critério política nacional (20,67% das respostas) revelando assim quão baixo é o grau de coesão social vivido pela sua cooperativa. Essa configuração impossibilitou os cooperados de construir uma prática cooperativista assentada em hábitos virtuosos: confiança, solidarismo, equidade, ajuda mútua, bem como reconhecer o critério política nacional como norteador dessa prática.

Então, essa configuração prejudicou e prejudica significativamente avanços na melhoria da qualidade da coesão social, tanto nos arranjos como nos ambientes institucionais. Isto posto mostra que o cooperativismo agrícola, na região fumageira de Arapiraca não tem construído uma sociedade equitativa, solidária e respeitosa da natureza. Salvo a curta experiência da Capiál, que, implementando as vendas dos produtos agrícolas, especialmente do fumo em corda, e as compras de insumos feitas em larga escala, o princípio da porta aberta e a distribuição de sobras líquidas, patrocinou a distribuição de ativos fundiários, renda e acesso aos bens públicos.

Ressalta-se que a Capiál (1963) foi à primeira organização associativa de participação popular (sindicatos, fins de 1960 e associações comunitárias, começo de 1980) da região fumageira de Arapiraca. Dessa forma, pode-se afirmar que os Princípios de Rochdale estão internalizados na consciência dos cooperados e, nesse sentido, como alguns remanescentes da época áurea da Capiál estão no quadros de sócios das cooperativas (Cooperfumo, Cooperal, Coopagreste), dos sindicatos (Agricultura e Pecuária e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e das associações comunitárias, então a generalização do associativismo (Ver TAB. 1), via Capiál, otimizado pelo princípio da porta aberta e distribuição de sobras, deram-lhe esse caráter massivo, ao tempo em que se constituiu em um fenômeno social importante para a economia dos municípios fumageiros, sua gente e suas organizações.

É com esse sentido, que a prática cooperativista permanente e continuada (projeto e prática social), garante que os princípios adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, independência e autonomia das cooperativas, educa-

ção, treinamento e formação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade, interpenetrados pelos critérios de sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional, promovam a cultura associativista, em especial, o êxito do cooperativismo agrícola da região fumageira de Arapiraca e solidifique os valores – ajuda mútua, igualdade, equidade, solidariedade, justiça social, democracia.

TABELA 1
Região fumageira: Organizações associativas

Município	Associação		Federação	Sindicato		
	Urbana	Rural		Agricultura e Pecuária	Trabalhadores Rurais	Cooperativa
Arapiraca	16/3.297	46/4.593	01/58	01/ 243	01/10.172	11/4583
	19/4.195	43/5.845	01/62			
C. do Nóia	02/110	22/1.088	01/22	-0-	01/1.820	-0-
Craibas	04/245	48/2.400	-0-	-0-	01/1.012	-0-
F. Grande	-0-	18/1.280	-0-	-0-	01/1.177	-0-
G. Ponciano	01/80	56/3.080	-0-	-0-	01/10.849	-0-
L. da Canoa	01/70	20/800	-0-	-0-	01/1.254	-0-
L. de Anadia	01/35	22/2.200	01/22	-0-	01/761	-0-
Taquarana	02/287	25/2.183	-0-	-0-	01/937	-0-
SUBTOTAL	46/8.319	300/23.469	05/260	01/243	08/27.982	11/4583
TOTAL GERAL EM NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E ASSOCIADOS						371/64.596

REFERÊNCIAS

MLADENATZ, Gromoslav. *História das doutrinas cooperativistas*. Brasília: CONFEBRÁS, 2003.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.